

-----**ACTA Nº 14**-----**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2012:**

Aos vinte e quatro dias do mês Fevereiro do ano dois mil e doze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional da Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Acta nº 11 – Sessão de 23 de Setembro de 2011; -----
- 2) Acta nº 12 – Sessão de 16 de Dezembro de 2011; -----
- 3) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do art.º 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 4) Reconhecimento do interesse público para abertura do pedido de utilização não agrícola de solos da Reserva Agrícola Nacional junto da Entidade Regional da Reserva Agrícola em nome da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada – Ampliação das Instalações do Hospital; -----

O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando que faltou com justificação o Senhor José Alves Rosa, Presidente de Junta de Freguesia de Vacariça. Os Senhores Luís Miguel Pereira Brandão, Rui Manuel Leal Marqueiro e Bruno Miguel Pereira Coimbra não estiveram presentes nesta sessão e foram substituídos respetivamente pelos Senhores Rui Manuel Fonseca Oliveira, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e Emídio dos Santos, no seguimento dos pedidos de substituição previamente apresentados. Também o Senhor Jorge Campos Carvalho substituiu o Senhor Homero Cristina Serra, como representante da Junta de Freguesia de Luso. ---- Antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, o Senhor Presidente da Mesa deu conta da correspondência recebida pela Assembleia Municipal. Referiu que seria necessário prestar um esclarecimento quanto à justificação de falta do Senhor do José Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça e leu a referida justificação, que a seguir se indica: -----

*“Em virtude de compromissos assumidos anteriormente na nossa Freguesia, e do pouco tempo em que nos foi disponibilizada a convocatória (14h30 do dia 20 de Fevereiro de 2012), venho comunicar a V.ª Ex.ª que esta Junta não se fará representar na sessão ordinária do dia 24 de Fevereiro de 2012.”* -----

Referiu que a convocatória é entregue por protocolo pelos motoristas da Câmara Municipal e esclareceu que a mesa não assume qualquer responsabilidade por qualquer atraso que possa eventualmente ter acontecido. Esclareceu ainda que as justificações de faltas têm que ser efetuadas a título pessoal, pelo próprio, e não por qualquer outra entidade ou órgão que represente, pelo que a mesa não aceitará qualquer falta que seja justificada por terceiros. Perguntou se alguém se queria inscrever para intervir no período de Intervenção do Público e não havendo qualquer inscrição para este período, deu início ao Período antes da Ordem do Dia. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

- O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Vítor Matos, Presidente da Junta de Pampilhosa, para proferir algumas palavras de homenagem ao Senhor Liberto Maia, recentemente falecido. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vítor Matos para apresentar voto de pesar pelo falecimento do Senhor Liberto Maia, que a seguir se indica, seguido de um minuto de silêncio em sua homenagem: -----

**VOTO DE PESAR**

*Após doença prolongada, faleceu no dia 20 de Fevereiro o secretário, amigo e companheiro desta Junta de Freguesia, natural e residente que foi nesta Vila de Pampilhosa. Para além do cargo que exerceu nesta autarquia, esteve ligado ao agrupamento de escuteiros 1067, como chefe, aos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa, ao Rádio Clube de Pampilhosa e à Associação de Geminação Pampilhosa/Courcoury. Por todo o trabalho realizado, pela total envolvimento com a comunidade, a disponibilidade para com os outros e o espírito de sentir e ajudar, a Junta e a Assembleia de Freguesia propõem a esta Assembleia Municipal um voto de pesar e um minuto de silêncio. -----*

*Mealhada, 24 de Fevereiro de 2012, -----*

*Vítor Matos -----*

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho para apresentar voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Carlos Freitas, que a seguir se indica: -----

**VOTO DE PESAR**

*A Assembleia Municipal de Mealhada, na sua sessão de 24 de Fevereiro de 2012, presta sentida homenagem ao Senhor João Carlos Ferreira de Freitas, ex-vogal tesoureiro da Junta de Freguesia de Luso por dois mandatos e ex-membro da Assembleia de Freguesia de Luso, e manifesta à sua família o seu profundo pesar pela perda sofrida. -----*

*Mealhada, 24 de Fevereiro de 2012, -----*

*Jorge Carvalho -----*

- O Senhor Presidente da Mesa que esta Assembleia Municipal se associa aos votos de pesar apresentados. -----

- Tomou a palavra o Senhor Luís Tovim para apresentar o voto de louvor que a seguir se indica: -----

**VOTO DE LOUVOR**

*Venho por este meio solicitar um voto de louvor, para a Associação de Carnaval da Bairrada pela excelente organização do Carnaval de 2012, que muito dignifica o Concelho, e á Câmara Municipal de Mealhada, pelo apoio prestado, e que torna possível a sua organização uma realidade, através dos subsídios atribuídos e ainda mais importante que estes, toda a logística que coloca ao dispor da Associação do Carnaval da Bairrada. -----*

*Mealhada, 24 de Fevereiro de 2012, -----*

*Luís Tovim -----*

- O Senhor Presidente da Mesa colocou o voto de louvor apresentado à votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

Tomou a palavra a Senhora Joana Luís para dar conta que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens reuniu nos dias 30 de Janeiro e 14 de Fevereiro com o intuito, entre outros assuntos, de aprovar o Relatório de Atividades de 2011, o qual deverá ser apresentado a esta Assembleia Municipal. Foi demonstrado pelos membros da Comissão Restrita, a existência de problemas e atrasos injustificados na inserção dos dados na plataforma eletrónica da Comissão Nacional, imputáveis a aquela plataforma e não aos membros da referida Comissão e que prejudicou a missão essencial daquela comissão. Neste sentido, deixou uma palavra de apreço aos membros da Comissão Restrita pelo seu esforço, particularmente dos coordenadores de processos.

Em resumo, referiu que em 2011 foram movimentados 142 processos, dos quais 93 transitaram do ano anterior, foram abertos 48 novos processos e reaberto 1 processo. Referiu ainda que foram arquivados 92 processos e que transitaram 50 processos para o ano de 2012. -----

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para ler a seguinte intervenção escrita: -----

*“Como veio a saber-se, a 2 de Fevereiro, o Conselho de Ministros já aprovava uma proposta de lei para o que chama **reorganização administrativa territorial autárquica** mas que a CDU denuncia como um violento ataque ao poder local que inclui mas não esgota na destruição maciça de freguesias. Só no dia 31 acabava a discussão pública de onde, quem fosse sério, esperava opiniões, posições e contributos. -----*

*Uma coisa como a Proposta de Lei n.º 44/XII não foi escrita na véspera, no dia 1, depois de recolher os resultados da discussão pública, mesmo com o perfil “Speedy Gonzalez” com que costuma surgir o ministro da tutela, Miguel Relvas. A CDU volta a condenar o que já todos perceberam na sessão extraordinária realizada na freguesia de Antes: -----*

*- o Governo “borrifou-se” para a discussão pública cujo prazo ele próprio anunciou ser até 31 de Janeiro; -----*

*- a discussão foi uma encenação vulgar, uma verdadeira vigarice política de faz de conta; -----*

*- o Governo quer lá saber das opiniões das populações, dos órgãos autárquicos e dos seus eleitos...; -----*

*A pressa de fazer figura, tramando as freguesias e o país, aos olhos da troika estrangeira, da Sra. Merkel e quejandos, pôs o Governo a acelerar e agravar as malfeitorias que já anunciava no Documento Verde de que esta Assembleia, assim como a Assembleia de Freguesia de Antes, discordaram. -----*

*Desculpem a linguagem popular com que interpelamos aqui os eleitos locais do PSD: não voltem a fugir com o rabo à seringa! Quem, como vimos na última sessão, faz menção de não dar aval à destruição de freguesias mas, ao mesmo tempo, acha que é feio criticar o Governo que as quer destruir, vai ter de definir-se. Não é possível, por assim dizer, estar de bem com deus e com o diabo... -----*

*Também é preciso dizer aqui outra coisa! Ainda há poucos dias lemos num jornal do concelho um texto de opinião de um político local, vereador do PS, criticando duramente a proposta de lei e os intentos do Governo. Têm razão os que criticam o que está a acontecer, mas de dentro do PS sucedem-se esforços de amnésia que não auguram nada de bom, sendo que este partido preparou o que os protagonistas actuais têm oportunidade de agravar. Volta a ser necessário lembrar que a extinção de autarquias foi negociada e assinada pelo governo do PS, como se vê, à revelia e contra os interesses e opiniões, por exemplo, das populações e autarcas do nosso concelho; mas foi o governo do PS que o fez. O seu a seu dono: assumam uma postura intelectualmente honesta, não façam de conta que o PS nada tem a ver com isto e com muitas outras desgraças que estão a ser feitas em Portugal! -----*

*Esta Assembleia Municipal tomou – e bem, apesar das abstenções verificadas entre eleitos do PSD e do PS – uma importante posição relativamente ao Documento Verde que ameaçava a existência da freguesia de Antes. Como é público e demonstrativo da consideração do Governo pela discussão pública, a Proposta de Lei n.º 44/XII, já na Assembleia da República, quer impor a*

extinção... não de uma, mas afinal até de duas freguesias... (Nem vamos discutir quais!) -----

A proposta de lei do Governo PSD/CDS revela um enorme desprezo pelo poder local; exhibe uma desconsideração sobranceira pelo sentimento e opinião das populações, dos autarcas e dos órgãos das autarquias. Atenção! Há que ver como é que agora, cada deputado eleito na Assembleia da República vai posicionar-se neste processo; é nestes momentos, também, que cada um deve ver que deputados ajudou a eleger ou que permitiu que fossem eleitos... -----

Para além da mentira e das aldrabices que, há muito, se tornaram figuras de estilo na exposição de motivos e preâmbulos destas coisas, a proposta do Governo ainda tem outros aspectos repugnantes que denunciámos: -----

- abusa grosseiramente da autonomia do poder local, impondo-lhe extinções de autarquias sem respeito nem consideração, exorbitando, quanto a nós, os limites do poder central; -----

- é um manifesto de arrogância e de autoritarismo que impõe as soluções do Governo, ou, em alternativa... as soluções do Governo; -----

- é atentatória da dignidade do poder local, prometendo miseráveis rebuçados em troca da rasteira conivência e colaboracionismo dos órgãos autárquicos, nomeadamente, das assembleias municipais. -----

Sejam francos! A forma como o Governo e os partidos que o integram estão a conduzir este processo demonstra bem, quanto a nós, que não basta opinar, aprovar posições, agir institucionalmente no pouco espaço que resta e sob o desrespeito com que também nos tentam esmagar... Deixemo-nos de tretas! É preciso mais do que isto. É preciso intervir porque intervir, lutando, protestando, discordando, defendendo alternativas, pode provocar azia aos que se enroscam ao poder, mas é um direito, é mesmo uma obrigação democrática! É a única esperança. -----

A CDU pede aqui a melhor atenção dos eleitos para legítimos movimentos de freguesias que dão sinais de inconformismo relativamente às imposições do Governo que está ao serviço da troika. Como tão bem se percebe, não vai bastar confiar em que o Governo e os seus deputados leiam as posições aprovadas, em que estejam atentos ao pulsar das populações e do poder local; não vai bastar esperar que o senso e o respeito prevaleçam; muito menos, não vai bastar, esperar que um qualquer emissário das províncias vá por aí abaixo demover os poderosos “elitistas” e “sulistas” da capital. Se acreditarmos que isso basta, eles rebentarão em breve não com uma mas já com duas freguesias do concelho... E, depois, o mais que se seguirá. -----

Há dias foi criada a **“Plataforma Nacional Contra a Extinção de Freguesias”**, em reunião realizada em Coimbra. Em perspectiva estão acções para expressão pública de opinião – que já tem havido alguma, mas ainda pouca – em que as freguesias devem tomar a força que lhes assiste. Há passividades e hesitações que é preciso romper. É preciso reforçar a contestação pública ao que a troika e o Governo querem fazer – e veremos, entretanto, sem ingenuidades, o que farão os deputados da sua maioria na Assembleia da República. Cremos que só este caminho, engrossando a legítima e democrática expressão pública de discordância, pode augurar melhores dias; cremos que isto é obrigatório para obstar à destruição de freguesias, a começar pelas do concelho da Mealhada. -----

Aqueles que lutam, que se manifestam, que não se resignam, que exigem alternativas, são hoje a dignidade, a esperança e o futuro do país. São o

*Portugal que mantém a cabeça erguida. A CDU considera isto e é por isto que elogia, que saúda, que incentiva os portugueses e as portuguesas, que nos dias que correm, perante uma ofensiva ideológica torpe e brutal, nunca vista, mantém a cabeça erguida. É com esta fundamentada convicção na absoluta necessidade da luta, seja para evitar a destruição de freguesias, seja para travar o empobrecimento e o crescendo do esbulho e da exploração com que os portugueses estão a ser seviciados que a CDU aproveita para deixar aqui uma saudação aos que lutam! -----*

*Uma saudação aos que ainda no passado 11 de Fevereiro foram capazes de inundar o Terreiro do Paço com a sua disponibilidade e o seu protesto. E também, já hoje, num forte e vertical apelo à Greve Geral, convocada para 22 de Março pela coerente Central Sindical dos trabalhadores portugueses, a CGTP-IN. No poder local, nas freguesias, no trabalho, no dia-a-dia, no futuro que queremos para os nossos filhos, é na acomodação, é na luta e na intervenção política e social que reside a esperança. O resto... De que serve o resto?! -----*

*Os eleitos da CDU, -----*

*António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves” -----*

*Entregou ainda três requerimentos à mesa desta Assembleia Municipal, os quais a seguir se indicam: -----*

#### **REQUERIMENTO 1**

***Ramal Ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz -----***

*A recente confirmação pública de intenção de acabar com o ramal ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz, vem dar razão àqueles que diziam, e bem, que era para o encerramento que caminhávamos. Alguns, ingenuamente, não acreditavam no que já se percebia. Outros, coniventemente, faziam de conta que não acreditavam nisso. -----*

*De momento, o Governo anunciou que quer matar de vez o ramal ferroviário, e até aquilo que chegou a ser admitido como melhor alternativa ao transporte de passageiros em comboios, os autocarros, logo a administração da CP cuidou de suspender. -----*

*Nós, no concelho da Mealhada, temos obrigação de já ter percebido a importância daquela linha que foi lançada às urtigas, e o debate sobre o ramal, realizado na Pampilhosa, da responsabilidade desta Assembleia, deixou bem claro para todos o quanto representa esta infraestrutura, nos planos local, regional e nacional. -----*

*A CDU entende que pode vir um governo, dois governos ou três governos dizerem que o país desiste do que é bom para o seu povo mas, ninguém se iluda que, o mais importante e decisivo, será sempre a persistência e a luta por boas causas, seja em relação à importância da ferrovia para o futuro e desenvolvimento de Portugal, seja em relação a muitas outras coisas com que o país e as suas populações, hoje, se confrontam. As boas causas têm futuro, os maus governos têm, por enquanto, poder para governar mal. -----*

*O encerramento desta ferrovia parece ser um objetivo que já vinha de trás – basta ver o continuado abandono -, sendo que, com a promessa de suspensão de circulação para melhorias na linha, e após a assinatura do memorando da troika, pelo último governo, aquela infraestrutura acabou por ser liquidada, pelo governo PSD/CDS, depois de alguns faz-de-conta que talvez não seja assim com a confirmação pública do que alguns pretendem que seja o fim da linha. ---*

*Entendemos que este fim, só será o fim se prevalecer o que é contrário ao interesse público e à economia nacional, e se as populações, as forças políticas, as autarquias e os seus órgãos se resignarem estúpida e cobardemente com uma decisão errada do Governo. Por isso, é muito urgente, no nosso entender, que esta Assembleia volte a agir sobre este assunto, mais a mais quando há pouco tempo no vizinho concelho de Cantanhede, o ministro da Economia deixava a ideia de que a decisão poderia ser revista. Desde logo, esta Assembleia tem oportunidade e obrigação de interpelar o Governo sobre esta matéria. -----*

*Neste quadro, a CDU requer ao Senhor Presidente da AMM: -----*

*1- Se digne informar quem foi indicado para substituir o elemento do PS no Grupo de Trabalho criado pela Assembleia para este efeito, sendo público que ele entendeu demitir-se por discordância com a atuação de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>, a propósito do debate realizado na Pampilhosa, deixando por isso de haver elemento do PS e, simultaneamente, presidente para o referido grupo. -----*

*2. Se digne marcar uma reunião urgente do Grupo de Trabalho para eleição do seu novo presidente e para que, sem maior perda de tempo, possa ter retomado o trabalho que foi decidido por esta Assembleia, a propósito da questão do encerramento do ramal. -----*

*Os deputados da CDU, -----*

*António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves -----*

#### **REQUERIMENTO 2**

#### **Agendamento da discussão do Documento Verde da Reforma da Administração Local -----**

*O Documento Verde da Reforma da Administração Local, produzido pela atual governo de acordo com as suas convicções e com as imposições entretanto aceites pelo governo anterior, é, como já temos dito, um verdadeiro documento negro para o poder local. -----*

*Nesta reunião da Assembleia Municipal da Mealhada, a CDU pronuncia-se politicamente sobre o processo de extinção de freguesias que o governo PSD/CDS, com arrogante desprezo pela discussão pública, resolveu precipitar e agravar. -----*

*O documento falsamente “verde”, e a ofensiva do Governo PSD/CDS sobre o poder local têm, como o Sr. Presidente sabe, outros “eixos”. Um deles é o que o Governo, em mais um ataque de cinismo, batizou de “Democracia Local”... É mesmo cinismo do Governo pretender limitar e condicionar a democracia do poder local e, com artimanhas de publicidade enganosa, dar-lhe este título tão contrário à intenção revelada... -----*

*O que o Governo fez e os seus apoiantes, mesmo os locais, disfarçaram, relativamente à discussão das propostas para a “Organização Territorial”, é uma vergonha. Mas seria, do nosso ponto de vista, inaceitável que esta Assembleia fosse conivente com o desrespeito pela discussão pública que alguns políticos locais procuraram disfarçar. Nem sequer com argumentos contra as despesas inerentes ao funcionamento deste órgão nos convencerão de que o melhor é ficarmos quietos, calados, sem opinião formal... Esta Assembleia e os seus membros, que foram eleitos para isso, têm obrigação de intervir e de exigir ser ouvidos, mesmo quando os interlocutores – o Governo e alguns dos seus apoiantes – revelam a falta de seriedade manifestada relativamente ao processo de extinção de freguesias. -----*

O “Documento Verde” estabelece **até ao fim de Março** o prazo de “Discussão e debate público sobre os princípios e critérios orientadores” relativos ao eixo “Democracia Local” (ver página 13). O que está em causa é demasiado importante para que esta Assembleia e o seu presidente se alheiem da discussão, cedendo à tal falta de seriedade do Governo e a incómodo partidário que estas discussões possam provocar. -----

Tendo isto em conta, os eleitos da CDU requerem a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se digne informar:

1. Das iniciativas e calendarização que tem em vista para intervenção desta Assembleia na discussão pública acerca do eixo “Democracia Local”, inscrito no Documento Verde do Governo. -----

2. Atendendo à calendarização estabelecida pelo Governo, qual a data para que prevê convocar a Assembleia Municipal, de forma a que este órgão a que preside possa discutir e tomar posição sobre tão relevante matéria para a democracia no poder local. -----

Os eleitos da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves -----

### REQUERIMENTO 3

**Informação sobre os custos da sessão extraordinária de 27.01.2012** -----

A última sessão extraordinária da Assembleia Municipal que decorreu em Antes, para discussão do Documento Verde da Reforma da Administração Local, e que permitiu a aprovação de uma posição formal deste órgão autárquico e a identificação dos posicionamentos dos seus eleitos relativamente à matéria originou incontido incómodo por parte de alguns eleitos do PSD. -----

A contradição entre declarações para consumo local e o engajamento ao Governo que está a levar a cabo, entre inúmeras outras malfeitorias, a orientação de liquidar freguesias, fez com que, na sessão e depois dela, se realizassem intervenções que a CDU considera desrespeitadoras deste órgão, da discussão nele realizada, dos eleitos e da população do concelho. O destempero de eleitos do PSD percebe-se mas não se aceita. Para além de quererem aparecer como defensores da freguesia de Antes mas, ao mesmo tempo, não quererem que se critique o Governo que, precisamente, tenta aniquilá-la, ainda a sessão extraordinária haveria de trazer à tona uma atuação reprovável a todos os títulos: é que o Governo nem sequer respeitou os prazos de discussão pública que definiu. -----

Por isto, cremos, o incómodo de um dos eleitos, pelos vistos conhecedor da tramóia, que se esforçou por diminuir a tomada de posição desta Assembleia, acusando a convocatória da sessão que a permitiu de extemporânea. Saberá ele o que outros eleitos não sabiam, embora a falta de seriedade do Governo que apoia não fosse razão para que não tivesse havido a discussão feita em Antes; tão só, talvez, para originar o incómodo que deixou escapar. -----

Mas, mais tarde, e de forma pública, num jornal online do concelho, outro eleito do PSD, neste caso vereador, presumimos que irritado com o que preferiria que não tivesse sido discutido, quis também rotular e diminuir a sessão extraordinária que o Sr. Presidente convocou; convocou, aliás, bem. Estranhou ele a discussão que, é bom lembrar, ainda estava por fazer até à sessão extraordinária da Assembleia Municipal; sentenciou-se aproveitamento político; caricaturou opiniões nela expressas; assemelhou a sessão a um comício (!?), um género de iniciativa que deve conhecer mal mas que, tudo indica, também ele o irrita; disse que tinha servido para campanha política, seja lá o que queria

*dizer com isto; e acabou a insinuar despesismo não razoável e insensato na convocação de uma sessão que ele considerará inútil mas que serviu para que esta Assembleia tenha responsabilidade e obrigação de fazer, isto é, discutir e tomar posição sobre o chamado eixo “Organização do Território” do Documento Verde da Reforma da Administração Interna. -----*

*Neste quadro, e para devido esclarecimento do que aqui é tratado, os eleitos da CDU requerem a V.ª Ex.ª: -----*

*1. Se digne informar esta Assembleia dos custos concreto em que importou a realização da sessão extraordinária do pretérito dia 27 de Janeiro, em que a Assembleia Municipal da Mealhada se pôde debruçar sobre o que o Governo pretende para o que domina “Organização do Território” e expressar posição pública sobre o assunto. -----*

*2. Se digne informar ainda se algum dos eleitos que consideraram, pelo que ouvimos e lemos, extemporânea ou desnecessária a realização da sessão, fez alguma diligência no sentido de não lhe ser aplicado o previsto nas alíneas a) e/ou b) do art.º 23.º do Regimento desta Assembleia, diligência que, salvo melhor opinião, poderia ser razoavelmente coerente com a apreciação de inutilidade que quiseram atribuir à sessão extraordinária de Antes. -----*

*Aguardamos as informações requeridas, cabe-nos, no entanto, sublinhar que a CDU considera inteiramente ajustada e mesmo imprescindível a decisão de convocatória da sessão realizada em Antes que permitiu a discussão e tomada de posição em causa. Naturalmente que o exercício de responsabilidades, como estas, acarreta custos; seria inexplicável que esta Assembleia não promovesse a discussão e não tomasse posição sobre a matéria em causa, como inexplicável seria que não continue a interessar-se e a intervir sobre ela, apesar de alguns incómodos que isto possa provocar. -----*

*Alguns, incomodados, quererão insinuar que o dinheiro para a realização de uma sessão extraordinária daquela natureza teria sido mal gasto mas deveriam, isso sim, condenar o Governo por desrespeitar o prazo de discussão que anunciou e por, com esse comportamento sobranceiro, desrespeitar quem se envolveu, legítima e responsabilmente nessa discussão, bem como as populações e as autarquias tocadas por este flagrante desrespeito. -----*

*- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que responderá aos requerimentos no prazo previsto por lei. No entanto, relativamente ao primeiro requerimento, referiu que o PS não indicou qualquer elemento para integrar o Grupo de Trabalho do Ramal Ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz, na sequência da demissão do seu representante e presidente do referido Grupo, o Senhor Guilherme Duarte. Assim, esclareceu que, ou o Grupo de Trabalho continua sem o representante do PS ou, em alternativa, se extingue. Ainda relativamente à demissão do Senhor Guilherme Duarte, referiu que o que é mencionado no requerimento é mentira e solicitou ao demissionário que elucidasse quais as suas razões da sua demissão. -----*

*- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para esclarecer que se demitiu do Grupo de Trabalho devido à forma como foi conduzido todo o processo relativo ao pagamento das despesas do mesmo e pelo facto de não querer continuar a pagar para trabalhar no referido Grupo, nada tendo a ver com a posição do Senhor Presidente da mesa. -----*

*- Interveio o Senhor António Neves para questionar se o Grupo de Trabalho não terá obrigatoriamente que ter um elemento de cada grupo partidário com representação nesta Assembleia Municipal para continuar em funções. -----*



- Interveio a Senhora Joana Luís para esclarecer que esta questão se encontra prevista no n.º 3 do art.º 9.º do Regimento desta Assembleia e que a seguir se indica: -----

*Artigo 9.º  
Composição*

*3. Cada Grupo Municipal pode não ocupar na totalidade ou em parte os lugares que lhe cabem na Delegação, Comissão ou Grupo de Trabalho. -----*

- O Senhor Presidente da Mesa anunciou que a próxima reunião do Grupo de Trabalho fica agendada para o final da presente sessão desta Assembleia Municipal. Ainda, relativamente ao terceiro requerimento apresentado, referiu que nenhum dos membros desta Assembleia entregou qualquer documento pedindo dispensa do pagamento da sua senha de presença relativa à sessão extraordinária de 27 de Janeiro de 2012. Não havendo qualquer outra intervenção, deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

**1 – ACTA Nº 11 – SESSÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011:** -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à consideração e perguntou se alguém queria sugerir alguma alteração. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para alertar que faltava a cópia da página 10 na sua Ordem de Trabalhos. Tendo lido a página em falta, não sugeriu qualquer alteração. -----

Não havendo quaisquer alterações, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Acta n.º11 da sessão realizada em 23 de Setembro de 2011 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**2 – ACTA Nº 12 – SESSÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011:** -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à consideração e perguntou se alguém queria sugerir alguma alteração. Não havendo qualquer intervenção, deu conta de um ofício do Senhor José Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça a solicitar uma correção à acta em discussão e que a seguir se indica: -----

*“Ao tomar conhecimento da acta n.º 12 da sessão ordinária de 16 de Dezembro de 2011, constata-se a marcação de falta injustificada à mesma do Presidente desta Autarquia José Alves Rosa, solicitando-se a respetiva correção porquanto foi comunicada pelo ofício nº 50/2011 de 15/12/2011 a impossibilidade desta Freguesia se representar por no mesmo dia se realizar a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia”. -----*

Neste sentido, referiu que a referida falta será retificada de injustificada para justificada. Não havendo quaisquer alterações, colocou a Acta n.º12 da sessão realizada em 16 de Dezembro de 2011 à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. -----

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que se absteve unicamente porque esteve ausente da respetiva sessão desta Assembleia Municipal. -----

Não havendo quaisquer alterações, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Acta n.º11 da sessão realizada em 23 de Setembro de 2011 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**3 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara consta na Ordem de Trabalhos distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e foi acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva e situação financeira deste Município. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

- Interveio a Senhora Joana Luís para referir que em Janeiro entrou em vigor a alteração à taxa do IVA para os espetáculos com um aumento de 9%, tendo o preço do bilhete normal de cinema, no Cine teatro Messias, aumentado para 4 euros. Da mesma forma, terminou ainda o desconto para os detentores de Cartão Jovens e para as pessoas com mais de 65 anos de idade, mantendo-se, no entanto, o desconto para os detentores do cartão de estudante e o preço especial de segunda-feira. Considerando o presumível investimento na aquisição da tecnologia 3D e o referido aumento do IVA, questionou se o aumento registado no bilhete normal de cinema não teria sido excessivo. Deu como exemplo o Concelho de Anadia, onde o preço normal do referido bilhete é de 3,5 euros, embora reconheça que o preço dos Centros Comerciais sejam efetivamente superiores. Se a audiência do Cinema não é muito elevada, questionou qual a razão do referido aumento. Deu ainda conta que se encontra no *site* do município, há já algum tempo, um inquérito sobre o Cine Teatro Messias, sem que, até à data, tenha sido divulgado qualquer resultado desse mesmo inquérito. Assim, solicitou alguns esclarecimentos sobre este assunto. –

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para elucidar que a Câmara Municipal paga 23% de IVA no aluguer dos filmes e mais 23% de IVA na venda dos bilhetes de cinema, sem qualquer tipo de dedução à semelhança do que acontece no sector privado, o que perfaz um total de 46% de IVA que é pago por cada sessão de cinema. Aceita que o preço dos bilhetes sejam caros demais mas este foi o valor acordado e aprovado em reunião de câmara. Sublinhou ainda que os preços não eram aumentados desde que o Cine Teatro Messias reabriu as suas portas, há 10 anos atrás. Admite que os bilhetes no concelho de Anadia sejam mais baratos, no entanto, não ouve qualquer diminuição de espetadores no cinema da Mealhada com a abertura do cinema em Anadia. Reforçou que a aquisição da tecnologia 3D foi caríssima, mas que permite acompanhar a atualidade e possibilitar que alguns filmes possam estar aqui na semana seguinte à sua estreia. Relativamente à questão do inquérito, referiu que iria transmitir aos serviços da Câmara Municipal para que sejam divulgados os resultados obtidos até agora. Ainda relativamente ao preço dos bilhetes do cinema, referiu que o cinema tem sustentabilidade relativamente à despesa do aluguer dos filmes, água, luz, telefone, limpeza, etc. No entanto, já não consegue compensar a despesa com o pessoal. Referiu que este é um investimento cultural importante e que a Câmara Municipal comparticipa em média, por ano, com 5 euros por cada pessoa que visite o Cine Teatro Messias para assistir a qualquer espetáculo, mesmo pagando bilhete. Referiu que a Câmara se tem preocupado em oferecer cinema com regularidade aos habitantes deste concelho, mesmo sabendo que, nem sempre, é soberano na escolha dos filmes a exibir devido ao “monopólio” das duas distribuidoras, mas que, apesar de tudo, tem sido bem tratada nos filmes que têm vindo para exibição. -----

- Interveio o Senhor Carlos Rodrigues para questionar ao Executivo Camarário em que é que consiste o Espaço Inovação da Mealhada e quais serão as competências do Posto de Turismo e da Loja 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada. Referiu que no concelho de Mealhada acontece o mesmo que no resto do país, onde os portugueses vivem à beira de uma crise de nervos e

desorientados com o seu próprio futuro e os empresários do turismo não são exceção. No Luso acontece exatamente o mesmo, onde existem cada vez menos turistas, cada vez menos atividades e onde os hoteleiros e comerciantes vivem à beira da asfixia. Alertou que é necessário fazer alguma coisa para inverter esta situação, não só nestas áreas mas também nas áreas da indústria e em todas as outras áreas que ajudem a criar emprego no nosso concelho. Referiu que o Executivo tem obrigação de ajudar na fixação de emprego e de ajudar estas pessoas, evitando assim a emigração. Neste sentido, questionou o que é que a Câmara Municipal pode fazer para ajudar os empresários, comerciantes e industriais da região, seja com ações formações, psicologia ou outras formas que possam ajudar os empresários locais a desenvolver os seus negócios. Deu um exemplo prático e sugeriu que a Câmara Municipal disponibilizasse alguns dos seus técnicos para ajudar os restaurantes deste concelho a elaborarem um menu em inglês e francês, de forma a internacionalizar o nosso comércio. -----

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para pedir um esclarecimento sobre o IVA que é pago pela Câmara Municipal no aluguer dos filmes e na venda dos respetivos bilhetes. Sugeriu ainda que fosse efetuado um estudo no sentido de encontrar uma forma de diminuir o valor de 5€ com que a Câmara Municipal comparticipa cada pessoa que visite o Cine Teatro Messias. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que a Câmara Municipal não pode deduzir o IVA como acontece no sector privado. Referiu que a Câmara suporta totalmente esse valor, pagando 23% de IVA no aluguer do filme e pagando mais 23% de IVA na venda de bilhetes para a exibição do mesmo filme, que já está incluído no respetivo bilhete. Sublinhou ainda que a comparticipação de 5€ por cada espetador, no cômputo geral do ano, é o resultado do saldo negativo da receita, em relação à despesa, dividido pelo número de pessoas que visitaram o Cine Teatro Messias. Quer isto dizer que a Câmara Municipal efetua um importante investimento nesta área. Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Carlos Rodrigues, referiu que o Posto de Turismo não terá qualquer competência. Quando for construído, como a Loja das 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada, será apenas uma montra expositora e divulgadora das atividades do Município, das mais diversas áreas. Referiu que todos nós precisaremos de psicólogos, devido ao estado atual do país e ao caminho que estamos a levar. Sublinhou que a Câmara Municipal tem competências próprias e não tem competências para atuar nestas matérias. Recordou os casos dos Presidentes de Câmara de Almodôvar e Vila Real de Santo António que enviaram idosos para Cuba para ser operados às cataratas, devido ao enorme tempo de espera do Serviço Nacional de Saúde, e que agora estão em risco de ter que pagar todas as despesas de deslocação do bolso deles, depois de uma inspeção do Tribunal de Contas. Isto quer dizer que as Câmaras Municipais têm legislação própria, a qual não inclui competências sobre esta matéria. É da opinião que a Reforma do Poder Local deveria prioritariamente começar pelas questões legislativa, das competências e de gestão das autarquias e não pela extinção de freguesias. Não é a extinção de freguesias que vai resolver os nossos problemas, especialmente quando são um fator decisivo para o desenvolvimento do nosso país, por mais que se diga e que queiram afundar os municípios. Existem é demasiados políticos nos órgãos superiores da Administração Central e que são autarcas frustrados. O problema efetivo é o da

legislação e todos os dias a Câmara Municipal se depara com leis contraditórias, devido a todos os Governos que legislaram excessivamente após o 25 de Abril e que não preocupa a ninguém. O problema é que ninguém “bate o pé” para dizer que não é por aqui que se resolverão os problemas. Questionou o que é feito do Código Administrativo Autárquico que começou a ser feito por uma Comissão presidida por um conterrâneo nosso, o Doutor Nuno Salgado, e que estava pronto quando caiu o então Governo e foi colocado na gaveta pelos Governos posteriores. Referiu que é por aqui que se deveria começar. O real problema é o da legislação e deu o exemplo das empresas municipais, que apenas foram criadas por preguiça legislativa e da dificuldade em conciliar, por exemplo, o horário dos funcionários do Cine Teatro Messias e do piquete das águas ao fim de semana, também devido à limitação de horas extraordinárias. É para estes problemas que ninguém se preocupa. Referiu que esta Câmara Municipal é agora penalizada por trabalhar com o mínimo de trabalhadores possível e por não dever nada a ninguém devido à estrutura legislativa existente. Portugal tem, provavelmente, a maior produção legislativa da Europa ou até do Mundo, onde existe Leis para não se aplicar, contraditórias, etc. Quis dizer com isto que a Câmara Municipal tem competências próprias e não pode ter médicos ou psicólogos ao serviço da população. Os únicos psicólogos que a Câmara Municipal tem são para intervenção social direta e para intervenção nas escolas do município. Recordou que a Câmara Municipal foi alvo de 3 inspeções nos últimos 2 anos e que alguém iria certamente levantar questões se existissem os psicólogos que foram sugeridos, uma vez que a legislação não o permite. Relativamente à fixação de postos de trabalhos, referiu que a Câmara Municipal construiu a Zona Industrial de Viadões e a 1ª e 2ª Fases da Zona Industrial da Pedrulha precisamente nesse sentido e expôs que muito recentemente, mesmo em período de crise, foi feita escritura de venda de lotes a uma empresa francesa que se implementará neste concelho. Estas Zonas Industriais existem precisamente para criar postos de trabalho, desenvolvimento e geração de riqueza no nosso concelho. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que ficou chocado com o estado da saúde no nosso concelho, essencial para o bem-estar da população. Deu a conhecer que o Senhor Presidente da Junta de Luso, o Senhor Homero Serra, teve uma queda e fraturou um pé. Mencionou que ainda conseguiu arrastar-se para a sua carrinha e conduzir até o Posto Médico do Luso. Ao chegar, solicitou auxílio e eles disseram que não podiam ligar ao 112 e foi preciso ligar à sua esposa para o ir socorrer à porta do Posto Médico, o que é inadmissível. É da opinião que este assunto deve ser retratado nesta Assembleia Municipal, uma vez que aconteceu com uma pessoa do nosso concelho. Referiu ainda que até o horário é bastante reduzido em relação ao que o Posto Médico tinha anteriormente. Estamos perante um enorme retrocesso dos nossos direitos na Saúde e na Educação, infelizmente. -----

**4 - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO DA ABERTURA DO PEDIDO DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DE SOLOS DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL JUNTO DA ENTIDADE REGIONAL DA RESERVA AGRÍCOLA EM NOME DE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MEALHADA - AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL: -----**

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o terreno em questão se localiza na propriedade privada que se encontra entre o Hospital da Misericórdia e o Pontão. Referiu que existe a intenção do referido Hospital em ampliar alguns dos seus serviços naqueles terrenos, mas acontece que esta propriedade se encontra incluída na Reserva Agrícola Nacional. Esclareceu que qualquer ocupação desse espaço sem autorização da Comissão da Reserva Agrícola Nacional é crime, pelo que terá que ser declarado o interesse público para que a sua utilização seja autorizada pela entidade competente. ----

- Interveio o Senhor António Neves para questionar se serão desanexados apenas 105 m2 da Reserva Agrícola Nacional ou se é a totalidade do terreno. –

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que apenas é intenção de desanexar 105 m2 daquele terreno para a ampliação do Hospital da Misericórdia. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor e duas abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

Deu ainda a conhecer que a próxima sessão desta Assembleia será agendada para o dia 27 de Abril de 2012. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_

Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----